II

(Actos cuja publicação não é uma condição da sua aplicabilidade)

COMISSÃO

DECISÃO DA COMISSÃO

de 18 de Janeiro de 2001

que autoriza os Estados-Membros a prever temporariamente derrogações da Directiva 2000/29/CE do Conselho relativamente às batatas, com excepção das batatas destinadas à plantação, originárias de Cuba

[notificada com o número C(2001) 121]

(2001/99/CE)

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta a Directiva 2000/29/CE do Conselho, de 8 de Maio de 2000, relativa às medidas de protecção contra a introdução na Comunidade de organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais e contra a sua propagação no interior da Comunidade ⁽¹⁾, e, nomeadamente, o n.º 1 do seu artigo 15.º,

Tendo em conta o pedido apresentado pelos Países Baixos,

Considerando o seguinte:

- (1) Nos termos da Directiva 2000/29/CE, os tubérculos de batateira, com excepção dos certificados oficialmente como batatas de semente ao abrigo de outras disposições comunitárias, originários de Cuba não podem, em princípio, ser introduzidos na Comunidade devido ao risco de introdução de organismos exóticos prejudiciais à batateira que constituam um risco fitossanitário para a Comunidade.
- (2) A cultura temporã de batatas em Cuba, excepto a das destinadas à plantação, a partir de batatas de semente fornecidas pelos Estados-Membros tornou-se uma prática corrente. Parte dos primeiros abastecimentos de batatas na Comunidade tem sido assegurada por importações provenientes de Cuba.
- (3) A Comissão autorizou, pelas Decisões 87/306/CEE ⁽²⁾, 88/223/CEE ⁽³⁾, 89/152/CEE ⁽⁴⁾, 91/593/CEE ⁽⁵⁾, 93/136/CEE ⁽⁶⁾, 95/96/CE ⁽⁷⁾ e 96/157/CE ⁽⁸⁾, sob determi-

nadas condições técnicas especiais, derrogações relativamente às batatas para consumo humano originárias da província de Pinar del Rio, em Cuba, nas campanhas de 1987 a 1996 e, pelas Decisões 97/186/CE ⁽⁹⁾, 1999/222/CE ⁽¹⁰⁾ e 2000/246/CE ⁽¹¹⁾, derrogações relativamente às batatas, excepto as destinadas à plantação, originárias da província de Pinar del Rio, em Cuba, nas campanhas de 1997 a 2000.

- (4) Não foi confirmada a ocorrência de organismos prejudiciais em amostras de batatas importadas nos termos das decisões referidas.
- (5) As informações fornecidas por Cuba e recolhidas nesse país durante uma missão efectuada em Julho de 1999 pelo Serviço Alimentar e Veterinário indicaram que as batatas, com excepção das batatas destinadas à plantação, produzidas nas províncias de Ciego de Avila, La Habana e Matanzas podem também ser cultivadas em condições sanitárias adequadas.
- (6) À luz destas informações afigura-se não haver risco de disseminar organismos prejudiciais que afectem as batatas, com excepção das destinadas à plantação, importadas das províncias de Ciego de Avila, La Habana, Matanzas ou Pinar del Rio, desde que sejam satisfeitas certas condições técnicas especiais.
- (7) As medidas previstas na presente decisão estão em conformidade com o parecer do Comité Fitossanitário Permanente,

⁽¹⁾ JO L 169 de 10.7.2000, p. 1.

⁽²⁾ JO L 153 de 13.6.1987, p. 41.

⁽³⁾ JO L 100 de 19.4.1988, p. 44.

⁽⁴⁾ JO L 59 de 2.3.1989, p. 29.

⁽⁵⁾ JO L 316 de 16.11.1991, p. 47.

⁽⁶⁾ JO L 16 de 25.1.1993, p. 40.

⁽⁷⁾ JO L 75 de 4.4.1995, p. 22.

⁽⁸⁾ JO L 36 de 14.2.1996, p. 38.

⁽⁹⁾ JO L 77 de 19.3.1997, p. 32.

⁽¹⁰⁾ JO L 82 de 26.3.1999, p. 47.

⁽¹¹⁾ JO L 77 de 28.3.2000, p. 20.

ADOPTOU A PRESENTE DECISÃO:

Artigo 1.º

1. Em derrogação do n.º 1 do artigo 4.º da Directiva 2000/29/CE, no que diz respeito às proibições referidas na parte A, ponto 12, do seu anexo III, os Estados-Membros podem permitir, nas condições estabelecidas nos n.ºs 2 e 3, a introdução nos seus territórios de batatas, com excepção das batatas destinadas à plantação, originárias de Cuba.

2. As batatas, com excepção das batatas destinadas à plantação, introduzidas nos termos do n.º 1, devem obedecer, para além das exigências estabelecidas nos anexos I, II e IV da Directiva 2000/29/CE, às seguintes condições:

- a) Devem ser batatas não maduras, isto é, batatas «não suberizadas», de pele não aderente, ou ter sido tratadas para a supressão da sua capacidade germinativa;
- b) Devem ter sido cultivadas nas províncias de Ciego de Avila, La Habana, Matanzas ou Pinar del Rio, em zonas onde a ocorrência de *Ralstonia solanacearum* (Smith) Yabuuchi et al. não é conhecida;
- c) Devem pertencer a variedades de batatas de semente importadas para Cuba somente dos Estados-Membros ou de qualquer outro país a partir do qual não é proibida, nos termos do anexo III da Directiva 2000/29/CE, a entrada na Comunidade de batatas destinadas à plantação;
- d) Devem ter sido cultivadas nas províncias referidas na alínea b) e ser descendentes directas quer de batatas de semente certificadas num dos Estados-Membros, quer de batatas de semente certificadas em qualquer outro país a partir do qual não é proibida, nos termos do anexo III da Directiva 2000/29/CE, a entrada na Comunidade de batatas destinadas à plantação, quer da primeira descendência directa dessas batatas de semente, que foram produzidas nas províncias referidas na alínea b) e oficialmente certificadas e qualificadas como batatas de semente em conformidade com a regulamentação em vigor em Cuba;
- e) Devem ter sido produzidas quer em explorações que não tenham produzido batatas de variedades que não sejam as especificadas na alínea c) no decurso dos cinco anos anteriores, quer, se se tratar de explorações estatais, em parcelas de terreno separadas de outros terrenos nos quais tenham sido cultivadas, nos últimos cinco anos, batatas de variedades que não sejam as especificadas na alínea c);
- f) Devem ter sido manuseadas por máquinas que lhes estejam reservadas ou que tenham sido desinfectadas de forma adequada após qualquer utilização para outros fins;
- g) Não devem ter sido armazenadas em locais onde o tenham sido batatas de variedades que não sejam as especificadas na alínea c);
- h) Devem ser embaladas em sacos novos ou em contentores adequadamente desinfectados; deve ser aposto em cada saco ou contentor um rótulo oficial com as informações especificadas no anexo;

i) Antes da exportação, devem ter sido limpas de modo a apresentarem-se isentas de terra, de folhas e de outros resíduos vegetais;

j) Devem ser acompanhadas de um certificado fitossanitário emitido em Cuba em conformidade com os artigos 7.º e 13.º da Directiva 2000/29/CE, com base no exame aí previsto, relativo nomeadamente à isenção dos organismos prejudiciais referidos na alínea b).

Do certificado deve constar:

— sob «Declaração adicional»:

- a declaração «A remessa satisfaz as condições especificadas na Decisão 2001/99/CE»,
- o nome da variedade,
- o número de identificação ou o nome da exploração onde as batatas foram cultivadas e a sua localização,
- uma referência que permita identificar o lote de sementes utilizado, em conformidade com a alínea d),

— sob «Tratamento de desinfestação e/ou de desinfeção», todas as informações que digam respeito aos possíveis tratamentos referidos na segunda opção da alínea a) e/ou na alínea h).

3. a) As batatas devem ser introduzidas através de pontos de entrada designados, para efeitos da presente derrogação, pelo Estado-Membro em que se situam; esses pontos de entrada e o nome e endereço do organismo oficial competente referido na Directiva 2000/29/CE responsável por cada ponto serão notificados com antecedência suficiente pelos Estados-Membros à Comissão e serão postos à disposição dos outros Estados-Membros a pedido destes. Nos casos em que a introdução na Comunidade se verificar num Estado-Membro diferente do Estado-Membro que recorre à presente derrogação, os organismos oficiais responsáveis do Estado-Membro de introdução informarão e cooperarão com os organismos oficiais responsáveis do Estado-Membro que recorre à presente derrogação para assegurar o cumprimento das disposições da presente decisão;

b) Antes da introdução na Comunidade, o importador deve ser oficialmente informado das condições estabelecidas nas alíneas a), b), c), d), e), f), g), h), i) e j) do n.º 2 e a), b), c), d) e e) do n.º 3; esse importador deve, com antecedência suficiente, notificar das especificações de cada introdução os organismos oficiais responsáveis do Estado-Membro de introdução, indicando:

- o tipo de material,
- a quantidade,
- a data de introdução declarada e o ponto de entrada na Comunidade,
- as instalações referidas na alínea d).

O importador deve comunicar todas as alterações da notificação antecipada supracitada aos organismos oficiais assim que forem conhecidas e, em qualquer caso, antes da importação.

O Estado-Membro em questão deve comunicar sem demora à Comissão os dados referidos, bem como as suas eventuais alterações;

- c) As inspecções, e se for caso disso os testes, exigidas em conformidade com o artigo 13.º da Directiva 2000/29/CE e com as disposições da presente decisão devem ser efectuadas pelos organismos oficiais responsáveis, referidos nessa directiva; os controlos fitossanitários no âmbito dessas inspecções serão efectuados pelo Estado-Membro que recorre à presente derrogação.

Além disso, durante os controlos fitossanitários referidos, os Estados-Membros efectuarão inspecções e, se for caso disso, testes para a eventual presença de outros organismos prejudiciais. Sem prejuízo das verificações referidas no n.º 3, primeira possibilidade do segundo travessão, do artigo 21.º da directiva em questão, a Comissão determinará em que medida as inspecções referidas no n.º 3, segunda possibilidade do segundo travessão, do artigo 21.º da mesma directiva serão integradas no programa de inspecção em conformidade com o n.º 5, terceiro parágrafo, do artigo 21.º da mesma directiva;

- d) As batatas devem ser embaladas e reembaladas apenas em instalações aprovadas e registadas pelos organismos oficiais responsáveis referidos;
- e) As batatas devem ser embaladas ou reembaladas em embalagens fechadas, prontas para entrega directa aos retalhistas ou aos consumidores finais, não devendo o seu peso exceder o peso corrente para esse efeito no Estado-Membro de introdução, até um máximo de 25 quilogramas; o número das instalações registadas referidas na alínea d) e a origem cubana devem ser indicados nas embalagens;
- f) Os Estados-Membros que recorram à presente derrogação devem, se for caso disso, em cooperação com o Estado-Membro de introdução, velar por que sejam colhidas pelo menos duas amostras de 200 tubérculos em cada remessa ou parte de remessa de 50 toneladas de batatas importadas nos termos da presente decisão, para exame oficial relativamente à *Ralstonia solanacearum* e à *Clavibacter michiganensis* ssp. *sepedonicus*, em conformidade com os métodos comunitários estabelecidos para a detecção e o diagnóstico de *Ralstonia solanacearum* e *Clavibacter michiganensis* ssp. *sepedonicus*, e, no caso do viróide do afuselamento do tubérculo da batateira: o método «Return» ou o método de hibridação c-ADN; em

caso de suspeita, os lotes devem ser mantidos separadamente sob controlo oficial e não podem ser comercializados ou utilizados até que tenha sido estabelecido que, nesses exames, não se confirmou a presença de *Clavibacter michiganensis* ssp. *sepedonicus*, de *Ralstonia solanacearum* ou do viróide do afuselamento do tubérculo da batateira.

Além disso, os tubérculos serão oficialmente examinados para a detecção da presença de *Meloidogyne chitwoodi* Golden et al. (todas as populações) ou *Meloidogyne fallax* Karszen.

Artigo 2.º

Os Estados-Membros informarão os outros Estados-Membros e a Comissão, por meio da notificação referida no n.º 3, alínea b), do artigo 1.º, de qualquer uso que façam da presente autorização. Antes de 1 de Setembro de 2001 e de 1 de Setembro de 2002, respectivamente, comunicarão à Comissão e aos outros Estados-Membros as informações relativas às quantidades importadas nos termos da presente decisão e enviar-lhes-ão um relatório técnico pormenorizado do exame oficial referido no n.º 3, alínea f), do artigo 1.º Serão transmitidas à Comissão cópias de todos os certificados fitossanitários.

Artigo 3.º

1. O artigo 1.º é aplicável às batatas, com excepção das batatas destinadas à plantação, introduzidas na Comunidade entre 1 de Março de 2001 e 30 de Abril de 2001 e entre 1 de Março de 2002 e 30 de Abril de 2002.

2. A presente decisão será revogada se for estabelecido que as condições previstas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 1.º não foram suficientes para evitar a introdução de organismos prejudiciais ou não foram cumpridas.

Artigo 4.º

Os Estados-Membros são os destinatários da presente decisão.

Feito em Bruxelas, em 18 de Janeiro de 2001.

Pela Comissão

David BYRNE

Membro da Comissão

ANEXO

Informações exigidas no rótulo

[referidas no n.º 2, alínea h), do artigo 1.º]

1. Autoridade emissora do rótulo.
 2. Organismo exportador, se for caso disso.
 3. Indicação «Batatas de Cuba não destinadas à plantação».
 4. Variedade.
 5. Província de produção.
 6. Calibre.
 7. Peso líquido declarado.
 8. Indicação «Em conformidade com as exigências CE especificadas na Decisão 2001/99/CE.».
 9. Uma marca impressa ou carimbada em nome da administração fitossanitária de Cuba.
-